

QGEP Participações S.A.

*Informações Contábeis Trimestrais - ITR
Individual e Consolidado Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Setembro de 2013 e
Relatório Sobre a Revisão das Informações
Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Mensagem da Administração

A QGEP obteve importantes progressos no decorrer do terceiro trimestre e dos nove primeiros meses de 2013, refletindo nossa estratégia de crescimento de longo prazo com base em um portfólio de ativos balanceado. Os resultados financeiros do terceiro trimestre mostram uma sólida geração de caixa, em linha com as nossas previsões, ao mesmo tempo em que continuamos progredindo nas nossas atividades operacionais.

De acordo com as nossas expectativas, a produção de gás do Campo de Manati voltou aos níveis normais, com produção média diária de 6,2 MMm³ no terceiro trimestre do ano e 5,9 MMm³ nos primeiros nove meses de 2013, tornando este Campo o maior produtor de gás não-associado no Brasil. Com base neste desempenho e nas projeções de produção para o quarto trimestre, é possível afirmar que nossa produção média diária ficará próxima do limite superior da estimativa de 5,5 MMm³ a 6,0 MMm³, conforme divulgado no final do ano passado. As negociações para a contratação de uma estação de compressão de gás estão em curso. Para 2014, mantemos a expectativa de média anual de produção de gás natural entre 5,0 MMm³ e 5,5 MMm³ por dia, e reafirmamos que a produção retornará ao nível médio diário de 6,0 MMm³ tão logo a planta de compressão esteja operacional. Mesmo com níveis de produção menores no curto prazo, Manati continua sendo um ativo importante para a QGEP, nos proporcionando expressivo fluxo de caixa operacional, receitas e previsibilidade, bem como suportando o desenvolvimento contínuo e a diversificação do nosso portfólio de ativos.

Após o recebimento da licença de perfuração emitida pelo IBAMA no final de outubro, foi iniciada a perfuração do nosso primeiro poço horizontal do Campo de Atlanta no Bloco BS-4, onde a QGEP é a operadora e detém 30% de participação. Temos a satisfação de anunciar que, no terceiro trimestre, obtivemos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) a aprovação de uma linha de crédito de R\$ 266,0 milhões para dar suporte à nossa participação no Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. O financiamento da FINEP reconhece a *expertise* tecnológica da QGEP e a inovação associada a este projeto, assim como a importância estratégica do desenvolvimento deste Campo. Continuamos considerando Atlanta como um projeto importante de desenvolvimento, servindo como uma fonte de fluxo de caixa adicional de médio prazo que financiará parte do programa de perfuração da Companhia a partir de 2015. Adicionalmente, em agosto, recebemos a aprovação da ANP para o Plano de Desenvolvimento do Campo de Oliva no Bloco BS-4, outro campo de óleo no pós-sal, localizado a aproximadamente 17 km do Campo de Atlanta.

Ainda no terceiro trimestre, submetemos à ANP uma Notificação de Descoberta do poço Alto de Canavieiras (JEQ#1), localizado no pré-sal da Bacia de Jequitinhonha no Bloco BM-J-2, onde operamos e detemos 100% de participação. Foi confirmada a presença de hidrocarbonetos, no entanto serão necessários testes e análises adicionais para determinar a qualidade e o tamanho do reservatório. A QGEP está analisando as informações coletadas durante a perfuração e em dezembro submeterá à ANP um Plano de Avaliação de Descoberta (PAD).

Com relação ao Bloco BM-S-8, o início da perfuração do poço de extensão na nossa importante descoberta de Carcará, na Bacia de Santos, está programado para o final deste ano e esperamos que seja concluída no final de 2014. A alteração no cronograma ocorreu em função da disponibilidade de equipamento para garantir a segurança e eficiência da operação. Adicionalmente, planejamos perfurar o prospecto de Guanxuma, com objetivos no pré-sal, em 2014/2015. O primeiro óleo do BM-S-8 é esperado para o final de 2018.

Em resumo, a QGEP irá terminar o ano de 2013 e entrar 2014 com uma posição financeira privilegiada. Continuamos a registrar resultados financeiros sólidos com um balanço robusto. Fizemos importantes progressos nas nossas atividades operacionais e temos hoje uma base de ativos exploratórios mais diversificada, o que nos confere posição de destaque no mercado como a maior companhia independente de óleo e gás no Brasil. Nossa estratégia de promover crescimento através de um portfólio equilibrado, combinado com nosso foco em gerenciamento de riscos e disciplina financeira, nos proporcionou os recursos necessários para explorar e desenvolver nossos ativos, bem como nos permitiu aproveitar as oportunidades de forma estratégica para a construção de nosso portfólio. Agradecemos o suporte de todos os nossos *stakeholders*, e continuaremos a manter o mercado informado a respeito de nossos progressos.

Desempenho Financeiro

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o 3T13, 3T12, 9M13 e 9M12. Alguns percentuais e outros valores incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação e, por essa razão, podem apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas das informações trimestrais. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Informações Financeiras Consolidadas (R\$ milhões)

	3T13	3T12	Δ%	9M13	9M12	Δ%
Lucro Líquido	75,2	61,9	21,4%	171,1	35,1	N/D
Amortização e Depreciação	23,6	23,1	2,0%	65,9	62,2	5,9%
Despesa (receita) Financeira Líquida	(16,0)	(19,4)	17,5%	(44,0)	(66,4)	33,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	3,0	12,8	-76,4%	10,1	30,8	-67,2%
EBITDA⁽¹⁾	85,8	78,5	9,4%	203,0	61,7	229,0%
Baixa de poços secos ou sub comerciais ⁽²⁾	0,5	6,5	-92,2%	2,9	163,8	-98,2%
EBITDAX⁽³⁾	86,3	84,9	1,6%	205,9	225,5	-8,7%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	66,9%	61,7%	8,5%	56,3%	17,8%	216,2%
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	67,3%	66,8%	0,8%	57,1%	65,1%	-12,2%
Dívida Líquida ⁽⁶⁾	(939,1)	(925,5)	-1,5%	(939,1)	(925,5)	-1,5%
Dívida Líquida/EBITDAX	(3,5)	(3,8)	6,2%	(3,5)	(3,8)	6,2%

⁽¹⁾ O cálculo do EBITDA considera o lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, do resultado financeiro e das despesas com amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS. Tampouco deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da utilizada na QGEF. Além disso, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que poderiam afetar, de maneira significativa, os resultados líquidos, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEF utiliza o EBITDA como medida adicional de seu desempenho operacional.

⁽²⁾ Baixas de custos de poços secos ou com volumes não comerciais.

⁽³⁾ EBITDAX = EBITDA + baixa de poços secos ou sub comerciais.

⁽⁴⁾ EBITDA dividido pela receita líquida.

⁽⁵⁾ EBITDAX dividido pela receita líquida.

⁽⁶⁾ A dívida líquida corresponde à dívida total, incluindo empréstimos e financiamentos correntes e de longo prazo, e instrumentos financeiros derivativos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não é reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) ou o US GAAP, ou ainda quaisquer outros princípios de contabilidade geralmente aceitos. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da utilizada na QGEF.

Resultado Operacional

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ milhões)

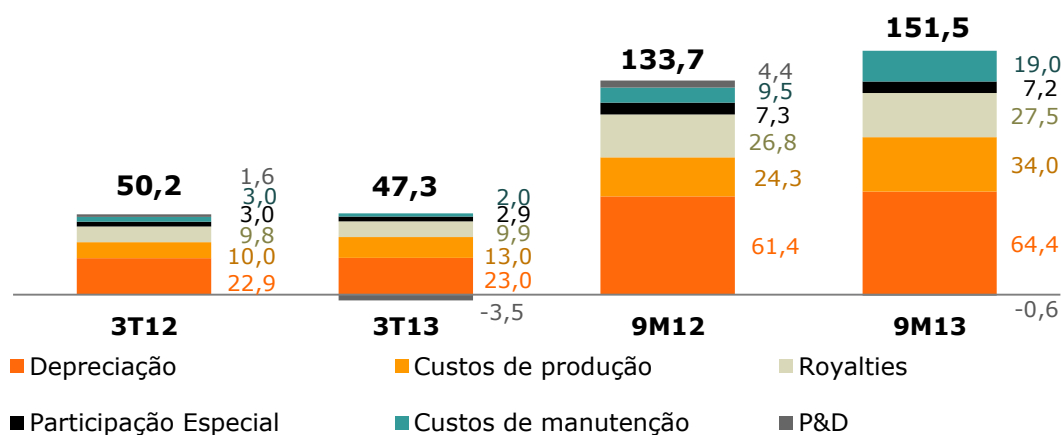
	3T13	3T12	Δ%	9M13	9M12	Δ%
Receita Líquida	128,2	127,2	0,8%	360,3	346,3	4,0%
Custos operacionais	(47,3)	(50,2)	5,8%	(151,5)	(133,7)	-13,3%
Lucro Bruto	80,9	77,0	5,1%	208,8	212,6	-1,8%
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas Gerais e Administrativas	(13,4)	(13,8)	3,1%	(45,6)	(44,9)	-1,6%
Equivalência Patrimonial	0,0	-	N/D	(0,2)	-	N/D
Gastos Exploratórios	(5,9)	(8,6)	31,2%	(26,5)	(169,0)	84,3%
Outras despesas operacionais	0,6	0,8	-24,2%	0,6	0,8	-24,2%
Lucro (Prejuízo) operacional	62,2	55,3	12,4%	137,1	(0,5)	N/D
Resultado financeiro líquido	16,0	19,4	-17,5%	44,0	66,4	-33,7%
Lucro (Prejuízo) antes de Imposto de Renda e contribuição social	78,2	74,7	4,7%	181,2	65,9	174,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3,0)	(12,8)	76,4%	(10,1)	(30,8)	67,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido	75,2	61,9	21,4%	171,1	35,1	N/D

A receita líquida do 3T13 atingiu R\$128,2 milhões, o que representa um aumento de 0,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No 9M13, a receita líquida atingiu R\$360,3 milhões, acréscimo de 4,0% em relação ao 9M12, principalmente em função do reajuste do preço.

Os custos operacionais no 3T13 totalizaram R\$47,3 milhões, uma redução de 5,8% em relação ao 3T12. Os principais componentes dos custos operacionais foram: R\$13,0 milhões de custos de produção; R\$23,0 milhões de depreciação e amortização; R\$9,9 milhões de *royalties*; R\$2,9 milhões de participação especial; R\$2,0 milhões de custos de manutenção; e crédito de R\$3,5 milhões de pesquisa e desenvolvimento (reversão de provisão).

Nos primeiros nove meses de 2013, os custos registraram um aumento de 13,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos custos da manutenção programada realizada em abril no Campo de Manati, quando houve uma parada na produção por 20 dias.

Custos Operacionais (R\$ milhões)



Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do 3T13 foram de R\$13,4 milhões, representando uma redução de 3,1% em relação ao registrado no 3T12. Mesmo com maiores despesas relacionadas tanto ao crescimento das operações da Companhia, quanto ao aumento dos serviços de consultoria no período, a alocação das despesas do operador às atividades do Bloco BS-4 e do BM-J-2 compensou este aumento. A Companhia conta atualmente com 101 funcionários, número 3% superior ao do 2T13 e 36% acima do apresentado no 3T12.

As despesas gerais e administrativas nos primeiros nove meses de 2013 foram de R\$45,6 milhões, um aumento de 1,6% em relação aos R\$44,9 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Algumas despesas não recorrentes registradas no 2T12, basicamente relacionadas à participação nos lucros, bem como decorrentes de mudanças na administração da Companhia, foram compensados pelo maior número de funcionários este ano.

Gastos Exploratórios

No 3T13, os gastos exploratórios totais foram de R\$5,9 milhões, uma redução de 31,2% em comparação com o 3T12, quando tal conta incluía as despesas relacionadas à exploração sem sucesso do poço Ilha do Macuco no Bloco BM-S-12. No 3T13, os gastos exploratórios se referem à aquisição de dados sísmicos para os blocos adquiridos na Margem Equatorial, objeto da 11ª Rodada de Licitação da ANP.

Os gastos exploratórios do 9M13 totalizaram R\$26,5 milhões, montante R\$142,6 milhões inferior ao registrado no mesmo período de 2012, quando as despesas relacionadas ao poço Ilha do Macuco e à devolução da descoberta de Jequitibá foram contabilizadas.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da QGEP no 3T13 foi de R\$16,0 milhões, 17,5% abaixo do apresentado no 3T12, principalmente como consequência das variações cambiais que afetaram o saldo da provisão de abandono do Campo de Manati, sem efeito no caixa. A receita financeira líquida aumentou 65,8% em relação ao registrado no 2T13.

Lucro Líquido

O lucro líquido no 3T13 foi de R\$75,2 milhões, 21,4% superior ao resultado do 3T12, refletindo o crescimento da receita e a redução de gastos com exploração e impostos.

No 9M13, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$171,1 milhões, comparado ao resultado positivo de R\$35,1 milhões no 9M12, quando a QGEP contabilizou gastos exploratórios associados às atividades de perfuração do Bloco BM-S-12.

Destaques do Balanço / Fluxo de Caixa

Balanço Patrimonial (R\$ milhões)

	3T13	2T13	Δ%
Ativo			
Circulante	1.134,4	1.185,8	-4,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	533,0	575,0	-7,3%
Investimentos	406,2	479,0	-15,2%
Contas a Receber	97,7	103,0	-5,1%
Impostos a recuperar	6,5	6,4	2,8%
Outros	91,0	22,5	304,5%
Não Circulante	1.674,8	1.383,1	21,1%
Caixa restrito	2,4	23,7	-89,8%
Impostos a recuperar	0,6	0,5	10,4%
Investimentos	10,0	6,9	46,0%
Imobilizado	1.028,7	815,7	26,1%
Intangível	633,1	536,4	18,0%
Total do Ativo	2.809,1	2.568,9	9,3%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	216,8	151,5	43,1%
Contas a pagar	156,3	86,9	79,9%
Impostos a pagar	29,6	22,8	29,4%
Remuneração e obrigações sociais	11,0	9,2	19,9%
Contas a pagar - Partes Relacionadas	0,1	0,1	12,4%
Empréstimos e financiamentos	0,0	0,0	N/D
Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	7,7	11,6	-33,6%
Outros	12,1	20,9	-42,1%
Não Circulante	208,1	109,0	91,0%
Empréstimos e financiamentos	0,0	0,0	N/D
Provisão para abandono	208,1	109,0	91,0%
Patrimônio Líquido	2.384,2	2.308,5	3,3%
Capital social	2.078,1	2.078,1	0,0%
Outros	1,0	1,0	-4,5%
Reserva de investimento	176,4	176,4	0,0%
Reserva de Capital	(42,3)	(42,9)	1,4%
Lucro líquido do período	171,1	95,9	78,4%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.809,1	2.568,9	9,3%

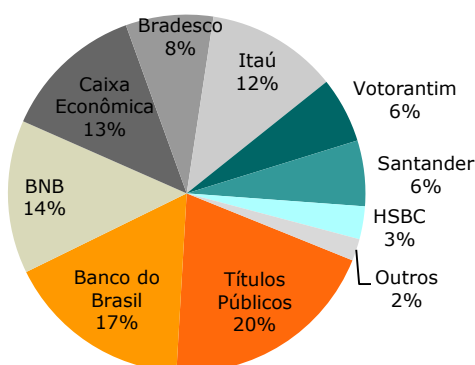
Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

No encerramento do 3T13, a Companhia apresentou saldo líquido de caixa de R\$ 939,1 milhões.

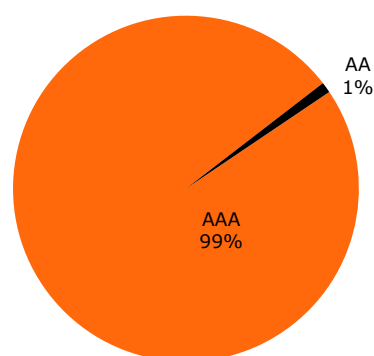
A partir da adoção de nova política de *hedge*, a QGEF tinha ao final do terceiro trimestre deste ano 10% de seus investimentos financeiros aplicados em fundo cambial, enquanto o restante continua em reais.

O rendimento médio acumulado do caixa em reais em 30 de setembro de 2013 foi de 102,2% do CDI, e aproximadamente 80% dos fundos investidos contam com liquidez diária. Os investimentos em reais estão distribuídos conforme os gráficos abaixo:

Investimentos



Ratings*



*Não inclui títulos da dívida pública

Contas a Receber / Pagar

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia apresentou saldo de Contas a Receber de R\$97,7 milhões, montante inferior aos R\$103,0 milhões registrados no encerramento do 2T13. O saldo de Contas a Pagar foi de R\$156,3 milhões ao final do 3T13, superior aos R\$86,9 milhões registrados ao final do 2T13, em razão, principalmente, das operações no Bloco BM-J-2.

Endividamento

A QGEF encerrou o 3T13 sem endividamento. Como previamente divulgado, a Companhia eliminou sua dívida no 2T12.

Em setembro de 2013, a QGEF obteve a aprovação de um financiamento de R\$266,0 milhões junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos – Agência Brasileira de Inovação) para dar suporte ao desenvolvimento do Campo de Atlanta. O instrumento contempla duas linhas de crédito, uma com juros fixos e outra com juros flutuantes, que atualmente equivalem a 3,5% ao ano. O financiamento tem um período de carência de três anos e prazo de pagamento de sete anos.

A FINEP é um fundo governamental ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e tem como objetivo conceder financiamento para o setor público e privado, com ênfase em inovação tecnológica, visando promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Fluxo de Caixa Operacional

No 3T13, a QGEF registrou fluxo de caixa operacional de R\$203,9 milhões, comparado com R\$64,5 milhões no 3T12. No 9M13, o fluxo de caixa operacional foi de R\$364,7 milhões, em comparação aos R\$185,1 milhões registrados no 9M12.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa (R\$ milhões)

	3T13	3T12	Δ%	9M13	9M12	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	75,2	61,9	21,4%	171,1	35,1	N/D
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais:						
Amortização e depreciação	23,6	23,1	2,0%	65,9	62,2	5,9%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/D	0,2	-	N/D
IR e Contribuição Social diferidos	-	(0,7)	N/D	-	(3,2)	N/D
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	N/D	-	2,6	N/D
Baixa de Imobilizado	0,4	-	N/D	0,4	118,1	-99,7%
Despesa com plano de opções de ações	2,6	2,6	3,5%	8,0	6,6	21,3%
Provisão para IR e contribuição social	(3,0)	13,5	122,3%	(10,1)	34,1	-129,7%
Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	(3,9)	1,3	N/D	(1,3)	4,1	-132,4%
Instrumentos financeiros derivativos	0,4	-	N/D	-	-	N/D
Variação cambial nas contas a pagar para aquisição de blocos exploratórios	-	-	N/D	-	(22,8)	N/D
Variação cambial sobre provisão para abandono	99,2	0,5	N/D	91,6	8,7	N/D
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(64,1)	0,8	N/D	(47,6)	(35,9)	-32,6%
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	73,5	(38,6)	290,6%	86,5	(24,5)	N/D
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	203,9	64,5	216,3%	364,7	185,1	97,0%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(235,8)	31,5	N/D	(680,4)	(201,1)	-238,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(10,1)	(18,3)	44,8%	(23,6)	(130,6)	81,9%
Total de variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	N/D	1,0	-	N/D
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(42,0)	77,7	-154,1%	(338,4)	(146,5)	-130,9%
Caixa e equivalente de caixa no início do período	575,0	797,7	-27,9%	2.120,4	2.635,1	-19,5%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	533,0	875,4	-39,1%	1.782,1	2.488,5	-28,4%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(42,0)	77,7	-154,1%	(338,4)	(146,5)	-130,9%

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das Informações Contábeis Intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1, até a presente data, a transferência do contrato de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) referente aos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (parte da concessão do BM-C-27) para a Companhia ainda depende da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). Nosso relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITRs mencionadas no primeiro parágrafo acima não está ressalvado em função desse assunto.

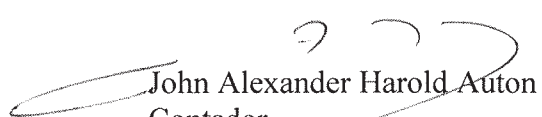
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC RJ-078183/O-2

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	5.709.275
Preferenciais	0
Total	5.709.275

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.384.436	2.227.976
1.01	Ativo Circulante	1.219	3.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	925	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	294	2.535
1.01.08.03	Outros	294	2.535
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	2.428
1.01.08.03.02	Imposto de renda sobre aplicação financeira	105	99
1.01.08.03.03	Outras despesas	189	8
1.02	Ativo Não Circulante	2.383.217	2.224.776
1.02.02	Investimentos	2.383.217	2.224.776
1.02.02.01	Participações Societárias	2.383.217	2.224.776
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.383.217	2.224.776

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.384.436	2.227.976
2.01	Passivo Circulante	204	179
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37	41
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37	41
2.01.02	Fornecedores	125	101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	125	101
2.01.03	Obrigações Fiscais	42	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42	37
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42	37
2.03	Patrimônio Líquido	2.384.232	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-42.314	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	20.186	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-62.500	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	171.061	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	986	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	75.155	170.985	61.855	35.004
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-806	-2.481	-373	-2.154
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	75.961	173.466	62.228	37.158
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.155	170.985	61.855	35.004
3.06	Resultado Financeiro	34	76	74	115
3.06.01	Receitas Financeiras	34	74	22	116
3.06.01.01	Receita financeira	34	74	17	111
3.06.01.02	Variação monetária ativa	0	0	5	5
3.06.02	Despesas Financeiras	0	2	52	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	75.189	171.061	61.929	35.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.189	171.061	61.929	35.119
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	75.189	171.061	61.929	35.119
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29000	0,66000	0,23000	0,13000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29000	0,66000	0,23000	0,13000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	75.189	171.061	61.929	35.119
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-46	986	0	0
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão de empresas no exterior	-46	986	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	75.143	172.047	61.929	35.119

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.565	-2.130
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.405	-2.039
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo líquido	171.061	35.119
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-173.466	-37.158
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-160	-91
6.01.02.02	Outros ativos	-185	-33
6.01.02.03	Fornecedores	24	16
6.01.02.04	Impostos a recolher	5	9
6.01.02.05	Partes relacionadas	0	-91
6.01.02.06	Outros passivos	-4	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	26.426	27.805
6.02.01	Adições ao investimento	2.426	27.805
6.02.02	Dividendos Recebidos	24.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.601	-27.441
6.03.03	Pagamento de dividendos	0	-1
6.03.04	Ações em tesouraria	-23.601	-27.440
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	260	-1.766
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	665	2.705
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	925	939

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-23.601	0	0	0	-23.601
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.601	0	0	0	-23.601
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.061	986	172.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.061	0	171.061
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	986	986
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	986	986
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.989	0	0	0	7.989
5.06.01	Constituição de Reservas	0	7.989	0	0	0	7.989
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.314	176.383	171.061	986	2.384.232

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-27.440	0	0	0	-27.440
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-27.440	0	0	0	-27.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.119	0	35.119
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.119	0	35.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6.584	0	0	0	6.584
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.584	0	0	0	6.584
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-17.125	93.916	35.119	0	2.190.026

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-585	-609
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-585	-609
7.03	Valor Adicionado Bruto	-585	-609
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-585	-609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	173.542	37.274
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	173.466	37.158
7.06.02	Receitas Financeiras	76	116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	172.957	36.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	172.957	36.665
7.08.01	Pessoal	1.580	1.288
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.507	1.237
7.08.01.02	Benefícios	73	51
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	303	247
7.08.02.01	Federais	303	247
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13	11
7.08.03.01	Juros	-2	0
7.08.03.03	Outras	15	11
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	15	11
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.061	35.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.061	35.119

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.809.132	2.434.042
1.01	Ativo Circulante	1.134.365	1.100.063
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	532.960	871.322
1.01.02	Aplicações Financeiras	406.163	80.947
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	406.163	80.947
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	406.163	80.947
1.01.03	Contas a Receber	97.745	92.769
1.01.03.01	Clientes	97.745	92.769
1.01.04	Estoques	45.672	9.403
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.526	35.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.526	35.698
1.01.06.01.01	Antecipação de IR e CSLL	445	5.168
1.01.06.01.02	IRRF sobre aplicação financeira	5.357	13.258
1.01.06.01.03	Imposto a recuperar	532	16.581
1.01.06.01.04	Outros	192	691
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	45.299	9.924
1.01.08.03	Outros	45.299	9.924
1.01.08.03.02	Outros	45.299	9.924
1.02	Ativo Não Circulante	1.674.767	1.333.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.978	24.661
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.405	24.231
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.405	24.231
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	573	430
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	573	430
1.02.02	Investimentos	10.023	0
1.02.02.01	Participações Societárias	10.023	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.023	0
1.02.03	Imobilizado	1.028.713	773.188
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	539.672	462.171
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	489.041	311.017
1.02.04	Intangível	633.053	536.130
1.02.04.01	Intangíveis	633.053	536.130
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	628.670	533.763
1.02.04.01.02	Outros	4.383	2.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.809.132	2.434.042
2.01	Passivo Circulante	216.795	89.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.987	11.712
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.218	1.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.769	10.553
2.01.02	Fornecedores	156.331	32.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	156.331	32.517
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	156.331	32.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.558	23.795
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.435	13.616
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	648	838
2.01.03.01.02	PIS / COFINS	14.033	12.744
2.01.03.01.03	Outros	1.754	34
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.023	4.468
2.01.03.02.01	ICMS	7.023	4.468
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.100	5.711
2.01.03.03.01	Royalties	3.300	3.130
2.01.03.03.02	Participação especial	2.800	2.581
2.01.05	Outras Obrigações	12.218	12.739
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	136	85
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	136	85
2.01.05.02	Outros	12.082	12.654
2.01.06	Provisões	7.701	9.020
2.01.06.02	Outras Provisões	7.701	9.020
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	7.701	9.020
2.02	Passivo Não Circulante	208.105	116.462
2.02.04	Provisões	208.105	116.462
2.02.04.02	Outras Provisões	208.105	116.462
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	208.105	116.462
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.384.232	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-42.314	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	20.186	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-62.500	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	171.061	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	986	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	128.242	360.344	127.195	346.342
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.326	-151.541	-50.236	-133.726
3.03	Resultado Bruto	80.916	208.803	76.959	212.616
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.731	-71.680	-21.651	-213.107
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.391	-45.565	-13.816	-44.865
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	583	580	769	769
3.04.04.01	Outras operacionais líquidas	583	580	769	769
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.916	-26.457	-8.604	-169.011
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-5.916	-26.457	-8.604	-169.011
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7	-238	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.185	137.123	55.308	-491
3.06	Resultado Financeiro	16.029	44.043	19.419	66.438
3.06.01	Receitas Financeiras	18.496	56.559	20.057	90.095
3.06.01.01	Receitas Financeiras	18.182	55.766	18.661	66.073
3.06.01.02	Variação Cambial ativa	314	793	147	22.773
3.06.01.03	Variação monetária	0	0	1.249	1.249
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.467	-12.516	-638	-23.657
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-875	-1.385	-108	-3.322
3.06.02.02	Variação cambial passiva	-1.592	-11.131	-530	-20.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.214	181.166	74.727	65.947
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.025	-10.105	-12.798	-30.828
3.08.01	Corrente	-3.025	-10.105	-13.535	-34.053
3.08.02	Diferido	0	0	737	3.225
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.189	171.061	61.929	35.119
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	75.189	171.061	61.929	35.119
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	75.189	171.061	61.929	35.119
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.01.01	ON	0,29000	0,66000	0,23000	0,13000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29000	0,66000	0,23000	0,13000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	75.189	171.061	61.929	35.119
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-46	986	0	0
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	-46	986	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	75.143	172.047	61.929	35.119
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	75.143	172.047	61.929	35.119

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	364.669	185.127
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	325.730	245.465
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do período	171.061	35.119
6.01.01.02	Amortização e depreciação	65.880	62.188
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-3.225
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	0	2.648
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	368	118.121
6.01.01.06	Plano de opção de ação	7.989	6.584
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-10.105	34.053
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	-1.319	4.070
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	-25	0
6.01.01.10	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	0	-22.773
6.01.01.11	Variação cambial sobre provisão para abandono	91.643	8.680
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	238	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	38.939	-60.338
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-4.976	-22.925
6.01.02.02	Impostos a recuperar	29.029	-9.816
6.01.02.03	Outros ativos	-71.619	-3.139
6.01.02.04	Fornecedores	71.883	-838
6.01.02.05	Impostos a recolher	15.867	4.112
6.01.02.06	Juros pagos	0	-3.075
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-24.773
6.01.02.08	Partes relacionadas	51	-274
6.01.02.09	Outros passivos	-1.296	390
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-680.416	-201.100
6.02.01	Caixa restrito	21.826	40.430
6.02.02	Aplicações financeiras	-325.216	80.400
6.02.03	Pagamento de imobilizado	-269.318	-77.684
6.02.04	Pagamentos de intangível	-97.447	-244.246
6.02.05	Aumento de capital empresas exterior	-7.120	0
6.02.06	Pagamentos de investimento	-3.141	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.601	-130.571
6.03.03	Pagamento de financiamentos	0	-103.130
6.03.04	Ações em tesouraria	-23.601	-27.440
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-1
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	986	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-338.362	-146.544
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	871.322	1.021.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	532.960	875.407

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-23.601	0	0	0	-23.601	0	-23.601
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.601	0	0	0	-23.601	0	-23.601
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.061	986	172.047	0	172.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.061	0	171.061	0	171.061
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	986	986	0	986
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	986	986	0	986
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.989	0	0	0	7.989	0	7.989
5.06.01	Constituição de Reservas	0	7.989	0	0	0	7.989	0	7.989
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.314	176.383	171.061	986	2.384.232	0	2.384.232

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-27.440	0	0	0	-27.440	0	-27.440
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-27.440	0	0	0	-27.440	0	-27.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.119	0	35.119	0	35.119
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.119	0	35.119	0	35.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6.584	0	0	0	6.584	0	6.584
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.584	0	0	0	6.584	0	6.584
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-17.125	93.916	35.119	0	2.190.026	0	2.190.026

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	724.293	518.382
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	454.395	439.929
7.01.02	Outras Receitas	580	769
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	269.318	77.684
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-353.143	-308.439
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-70.577	-206.535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-269.818	-89.773
7.02.04	Outros	-12.748	-12.131
7.03	Valor Adicionado Bruto	371.150	209.943
7.04	Retenções	-65.898	-62.188
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.898	-62.188
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	305.252	147.755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.433	101.759
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-333	0
7.06.02	Receitas Financeiras	55.766	101.759
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	360.685	249.514
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	360.685	249.514
7.08.01	Pessoal	35.942	27.655
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.977	25.879
7.08.01.02	Benefícios	2.628	1.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.337	597
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	139.462	150.912
7.08.02.01	Federais	63.075	74.698
7.08.02.02	Estaduais	40.573	42.096
7.08.02.03	Municipais	35.814	34.118
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.220	35.828
7.08.03.01	Juros	155	3.055
7.08.03.02	Aluguéis	2.455	453
7.08.03.03	Outras	11.610	32.320
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.061	35.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.061	35.119

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1.301 - Centro (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 02 de novembro de 2012, foi constituída a Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, tendo como objeto social a compra, venda e locação de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás.

Em 30 de novembro de 2012 a controlada indireta Manati S.A. (“Manati”), foi incorporada pela controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), sua controladora integral.

Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP Netherlands”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”) com o capital social de US\$1.000. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas as atividades descritas.

Em 12 de fevereiro de 2013, a QGEP vendeu a totalidade de sua participação na AFBV para a QGEP Netherlands. Esse processo não gerou ágio.

Em 21 de fevereiro de 2013, a OGX Netherlands Holding B.V, e a FR Barra 1 S.à r.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP Netherlands B.V., nesta mesma data, passou a deter participação de 30% na AFBV.

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas (QGEP, QGEP Netherlands B.V. e AFBV), são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 30 de setembro de 2013, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em dezessete concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental Brasileira. Dessas, três estão situadas na Bacia de Camamu-Almada (BCAM-40, BM-CAL-5 e BM-CAL-12, esta última composta pelos Blocos CAL-M-312 e CAL-M-372); uma na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2), uma na Bacia de Campos (BM-C-27, composta pelos Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146), quatro na Bacia de Santos (Coral, BM-S-12, BM-S-8 e BS-4), um na Bacia da Foz do Amazonas (FZA-M-90), dois na Bacia no Pará-Maranhão (PAMA-M-265 e PAMA-M-337), um na Bacia do Ceará (CE-M-661), dois na Bacia de Pernambuco (PEPB-M-894 e PEPB-M-896) e dois na Bacia do Espírito Santo (ES-M-598 e ES-M-673). Das concessões citadas, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2, BS-4, FZA-M-90, PAMA-M-265, PAMA-M-337, PEPB-M-894 e PEPB-M-896, a Total é operadora do Bloco CE-M-661, a Statoil é operadora dos Blocos ES-M-598 e ES-M-673 e os demais são operados pela Petrobras.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente, e os demais na fase de exploração. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, e se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva e se encontram em desenvolvimento da produção. O Campo Coral encontra-se desativado. Nas concessões BM-CAL-5, BM-S-8, BM-S-12 e BM-C-27, estão em andamento os planos de avaliação de descoberta, enquanto as concessões BM-CAL-12 e BM-J-2 estão em períodos exploratórios.

O contrato de concessão dos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (BM-C-27) adquirido em 10 de outubro de 2012 junto a Petrobras, está em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

Ainda no terceiro trimestre, submetemos à ANP uma Notificação de Descoberta do poço Alto de Canavieiras (JEQ#1), localizado no pré-sal da Bacia de Jequitinhonha no Bloco BM-J-2, onde operamos e detemos 100% de participação. Foi confirmada a presença de hidrocarbonetos, no entanto serão necessários testes e análises adicionais para determinar a qualidade e o tamanho do reservatório. A QGEP está analisando as informações coletadas durante a perfuração e em dezembro submeterá à ANP um Plano de Avaliação de Descoberta (PAD).

Em 21 de agosto de 2013, a Companhia recebeu a aprovação do Plano de Desenvolvimento do Campo de Oliva. O Campo de Oliva é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 185 km da costa brasileira na Bacia de Santos. O Bloco BS-4 engloba ainda o Campo de Atlanta, cujo desenvolvimento já está em andamento. A QGEP é o operador do Bloco e detém participação de 30%.

O Plano de Desenvolvimento aprovado prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório em 2016, seguido de um teste, de forma a comprovar a estimativa de reservas e suportar a curva de produção. Também está prevista a perfuração de cinco poços de produção e três poços de injeção, todos horizontais, que serão conectados às facilidades instaladas no Campo de Atlanta. O primeiro óleo de Oliva é esperado em 2021.

Em 28 de agosto de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a operação de compra pela OGX dos 40% de participação da Petrobras no bloco BS-4, na Bacia de Santos. O Bloco BS-4 tem ainda como parceiro a Barra Energia do Brasil Petróleo e gás com participação de 30%.

O plano de desenvolvimento do Campo de Atlanta, que é operado pela QGEP, com 30% de participação, inclui um Sistema de Produção Antecipada (SPA) que prevê a perfuração de dois poços horizontais. Em outubro de 2013, iniciamos a perfuração do primeiro poço produtor, que deveria ser concluído no início de 2014. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 420 milhões, sendo USD 126 milhões líquido para a QGEP, e o primeiro óleo está previsto para o final de 2015.

O consórcio decidiu renunciar a parte da área do Plano de Avaliação de descoberta que inclui o Campo Bem-Te-Vi, devido à falta de potencial econômico. Atualmente, a área remanescente do bloco BM-S-8 é 1.207 km².

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações financeiras trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 30 de setembro de 2013, compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Porcentagem de participação - % Controle</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP Netherlands	Holanda	Indireto	100%	-

2.4. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint venture”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas apresentam suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	<u>País de operação</u>	<u>Porcentagem de participação - %Controle</u>	<u>Tipo de negócio</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (Joint venture)	30%	100%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota explicativa 6).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e gastos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).
- Para transações de *farm-in* em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“*Farmor*”) e/ou “carrego”: esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacional e revisado anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas revisadas pela Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 14). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de setembro de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 13).

2.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.15. Incentivos fiscais

Como estava localizada na área de abrangência da SUDENE, a controlada indireta Manati, incorporada pela QGEP, detinha o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada indireta Manati até a data de sua incorporação pela QGEP. A formalização da transferência do benefício, em função da incorporação foi homologada em abril 2013. Nos termos do Decreto nº 64.214/69, a QGEP é elegível ao benefício por sucessão em virtude da incorporação de sua controlada integral Manati.

2.16. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's, debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada e a controlada em conjunto, sediadas na Holanda, utilizam o Dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controladas em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.21.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.24. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2015
IAS 32 / CPC 39	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014
IAS 36 / CPC01	Redução do valor recuperável de ativos	1º de janeiro de 2014
IAS 39 / CPC 38	Instrumentos Financeiros - reconhecimento e mensuração	1º de janeiro de 2014

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2013.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 ou em períodos subsequentes.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 1 / CPC 37 (R1)	Adoção inicial das IFRSs	1º de janeiro de 2013
IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 / CPC16 (R2)	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 / CPC 45	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 / CPC 46	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 16 / CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2013

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 / CPC 35 (R2)	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 / CPC 18 (R2)	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 34 / CPC 21 (R1)	Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013

Com relação ao CPC 36 (R3), CPC 16 (R2) e CPC 45, conforme descrito nas notas explicativas 2.3 e 2.4, o critério contábil seguido para controladas em conjunto foi adotado pela Administração a partir de 01 de janeiro de 2013, sem efeitos retroativos.

A Companhia avaliou que as mesmas não possuem um efeito relevante sobre as suas informações e demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de setembro de 2013 é de R\$2.405. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas as taxas de câmbio, o volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em nota explicativa das informações financeiras trimestrais (Nota explicativa 13).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto a Companhia desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento. O montante estimado desta provisão é mensurado seguindo o método do fluxo de caixa descontado considerando premissas de inflação, câmbio (variação da moeda norte-americana), taxa de desconto livre de risco que reflete as condições atuais de mercado, e a estimativa da vida das reservas limitada ao seu prazo de concessão (14 anos).

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos de variação cambial e alterações nas premissas de taxas de inflação e taxas de desconto alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 14).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 14).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários	15	7	26.831	3.562
CDB's e debêntures	910	658	133.582	150.732
Fundo de investimentos exclusivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372.547</u>	<u>717.028</u>
Total	<u>925</u>	<u>665</u>	<u>532.960</u>	<u>871.322</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo e *time deposit* de curto prazo, atreladas ao dólar-americano. Com exceção dos *times deposit*, a rentabilidade está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) possuindo alta liquidez, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

Composição do fundo:

<u>Produto</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Compromissada (debêntures)	61.993	210.604
CDB/ CDI (pós-fixado)	<u>310.554</u>	<u>506.424</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>372.547</u>	<u>717.028</u>

b) Aplicações financeiras

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de investimento exclusivo	<u>406.163</u>	<u>80.947</u>
Total	<u>406.163</u>	<u>80.947</u>

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados a Selic, e privados indexados à variação da taxa do CDI, e um fundo cambial com o objetivo de atender a política de proteção da empresa. As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

Composição do fundo:

<u>Produto</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CDB/CDI (pós-fixado)	42.250	-
Títulos públicos (LFT / NTN)	102.052	29.611
Títulos públicos (LFT - Fundo cambial)	80.195	-
Letras Financeiras (Votorantim, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e CEF)	<u>181.666</u>	<u>51.336</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>406.163</u>	<u>80.947</u>

c) Rentabilidade média

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 102,2% do CDI Selic no acumulado do período findo em 30 de setembro de 2013.

A variação do fundo cambial em relação à PTAX desde a data da aplicação, em agosto de 2013, foi de - 0,93 pontos percentuais no acumulado até o período findo em 30 de setembro de 2013.

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até julho/2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais	45.672	9.403

A variação refere-se basicamente a compra de materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória do BS-4.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Passivo - circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	<u>136</u>	<u>85</u>
Total	<u>136</u>	<u>85</u>

	Consolidado			
	<u>01/07/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas (b)	194	609	315	783
Despesas financeiras (a)	-	-	-	194

- (a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012.
- (b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati, até a sua incorporação, e presta à QGEF. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m..

7.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/07/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>
Benefícios de curto prazo	661	1.887	573	1.501

	Consolidado			
	<u>01/07/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>
Benefícios de curto prazo	2.268	6.590	1.729	9.441
Plano de opção de ações	1.791	4.387	1.433	3.670

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 25.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	<u>2.405</u>	<u>24.231</u>
Total caixa restrito	<u>2.405</u>	<u>24.231</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota explicativa 14) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 6,75% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 (9,19% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Em 2013 a Companhia resgatou R\$33.703 do investimento para o abandono do poço descobridor 1 BAS-128, conforme descrito na nota explicativa 14.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Antecipação IR e CS	445	5.168
IRRF sobre aplicação financeira (*)	5.357	13.258
Imposto a recuperar	532	16.581
Outros	<u>765</u>	<u>1.121</u>
Total	<u>7.099</u>	<u>36.128</u>
Circulante	<u>6.526</u>	<u>35.698</u>
Não circulante	<u>573</u>	<u>430</u>

- (*) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ICMS (a)	-	-	7.023	4.468
Contribuição social	-	-	648	-
IRRF	42	37	645	644
PIS/COFINS (a)	-	-	14.033	12.709
Royalties (b)	-	-	3.300	3.130
Participação especial (c)	-	-	2.800	2.581
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.109</u>	<u>263</u>
Total circulante	<u>42</u>	<u>37</u>	<u>29.558</u>	<u>23.795</u>

- (a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.
- (c) Participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Resultado antes do IR e CSLL	75.189	171.061	61.929	35.119
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(25.564)</u>	<u>(58.161)</u>	<u>(21.056)</u>	<u>(11.941)</u>
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	<u>25.827</u>	<u>58.978</u>	<u>21.158</u>	<u>12.634</u>
Prejuízos fiscais não ativados (a)	<u>(263)</u>	<u>(817)</u>	<u>(102)</u>	<u>(693)</u>
Imposto de renda /contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda /contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da QGEPP. Em 30 de setembro de 2013 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$30.622 (R\$63.307 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Lucro antes do IR e CSLL	78.214	181.166	74.727	65.947
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(26.593)</u>	<u>(61.597)</u>	<u>(25.407)</u>	<u>(22.422)</u>
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	12.761	31.666	13.751	35.970
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(260)	(817)	(2.037)	(51.258)
Despesas indedutíveis (receita não tributável):				
Permanentes (c)	8.596	11.464	895	6.882
Temporais (d)	46	(4.388)	-	-
Compensação de prejuízos fiscais	<u>2.425</u>	<u>13.567</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(3.025)</u>	<u>(10.105)</u>	<u>(12.798)</u>	<u>(30.828)</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-	737	3.225
Imposto de renda/contribuição social correntes	(3.025)	(10.105)	(13.535)	(34.053)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (Nota explicativa 2.15).

- (b) Em 30 de setembro de 2013 a QGEPP possui prejuízos fiscais de R\$34.270 (R\$71.211 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$43.048 (R\$91.169 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a investida QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não apresentar histórico de lucratividade nos últimos exercícios e pela expectativa futura de gastos exploratórios nas concessões.
- (c) Em 30 de setembro de 2013, refere-se a realização do abandono do poço 1-BAS-128, localizado no Campo de Manati. Em 30 de setembro de 2012, refere-se ao diferimento da tributação do lucro sobre o contrato com empresa pública, sociedade de economia mista.
- (d) Em 30 de setembro de 2013, as principais adições referem-se a amortização e atualização da provisão de abandono, provisão de PLR e reversão de participação especial.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	QGEPP Netherlands	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta são (em R\$):

	<u>QGEPP</u>	<u>QGEPP B.V.</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	1.000	3.000
Percentual de participação direta	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	2	20
Patrimônio líquido	2.383.217	23.792	33.412
Resultado do período	173.466	(322)	(879)
Ativo	2.817.366	23.796	33.533
Passivo	434.149	4	121
Receita líquida	360.345	-	-

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEPP apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidado, é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>R\$</u>	<u>Consolidado</u> <u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	2.224.776	-
Aumento de capital	-	7.120
Plano de opção de ações	7.989	-
Pagamento de dividendos intermediários (a)	(24.000)	-
Ajustes acumulados de conversão	986	3.141
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>173.466</u>	<u>(238)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>2.383.217</u>	<u>10.023</u>

- (a) A QGEP distribuiu dividendos intermediários do saldo da reserva de investimentos de 31 de dezembro de 2012, conforme aprovação em AGE, citada abaixo, com finalidade da QGEPP custear a recompra de ações para manutenção em tesouraria e posteriormente atender o Plano de Outorga de opção de compra de ações (Notas explicativas 22 iii e 23):

	<u>Data da aprovação</u>	<u>Valor aprovado</u>
Assembléia Geral Extraordinária	25/06/2013	<u>24.000</u>
Total		<u>24.000</u>

- (b) Resultado apurado pela investida no período findo em 30 de setembro de 2013.

10.3. Informações sobre as controladas e negócios em conjunto

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- QGEP Netherlands B.V.

A QGEP Netherlands, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, com o capital social de US\$1.000. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comercial; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas. A controlada encontra-se em atividade pré-operacional em 30 de setembro de 2013 não auferindo receitas.

- Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), controlada indireta da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”) e direta da QGEP Netherlands B.V. com os sócios OGX Netherlands Holding B.V. e FR Barra 1 S.À R.L., é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da Área de Concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas da Companhia.

11. IMOBILIZADO

		Consolidado			
	Taxa de depreciação e amortização %	30/09/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	1.233	(182)	1.051	552
Veículos	20%	1.034	(316)	718	634
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.749	(954)	3.795	933
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	1.894	(490)	1.404	784
Terrenos	-	120	-	120	-
Adiantamento para aquisição imobilizado	-	<u>1.598</u>	<u>-</u>	<u>1.598</u>	<u>635</u>
Subtotal		<u>10.628</u>	<u>(1.942)</u>	<u>8.686</u>	<u>3.538</u>
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	455.669	-	455.669	296.920
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(13.302)	3.542	4.723
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)	-	33.372	-	33.372	14.097
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>942.441</u>	<u>(414.997)</u>	<u>527.444</u>	<u>453.910</u>
Subtotal		<u>1.448.326</u>	<u>(428.299)</u>	<u>1.020.027</u>	<u>769.650</u>
Total		<u>1.458.954</u>	<u>(430.241)</u>	<u>1.028.713</u>	<u>773.188</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 19(c)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2012	4.545	296.920	16.844	14.097	805.667	1.138.073
(+) Adições do período	6.128	159.072 (a)	-	19.275 (b)	136.774 (c)	321.249
(-) Baixas do período	(45)	(323)(d)	-	-	-	(368)
Saldo em 30/09/2013	<u>10.628</u>	<u>455.669</u>	<u>16.844</u>	<u>33.372</u>	<u>942.441</u>	<u>1.458.954</u>

Principais adições e baixas referem-se: (a) BM-J-2 no montante de R\$155.787, (b) BS-4 no montante de R\$19.275, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) parada programada no Campo de Manati no montante de R\$6.492 e revisão das estimativas utilizadas na constituição da provisão de abandono no montante de R\$126.335 e (d) Baixa do poço Bem-te-vi localizado no bloco BM-S-8.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2012	(1.007)	(12.121)	(351.757)	(364.885)
(-) Adições do período	(953)	(1.181)	(63.240)	(65.374)
(+) Baixas do período	18	-	-	18
Saldo em 30/09/2013	<u>(1.942)</u>	<u>(13.302)</u>	<u>(414.997)</u>	<u>(430.241)</u>

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	99.271	-	99.271	4.364
Software	5.435	(1.052)	4.383	2.367
Total	<u>634.105</u>	<u>(1.052)</u>	<u>633.053</u>	<u>536.130</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000) e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500).
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória (Nota Explicativa 19).

<u>Custo e amortização</u>	Consolidado			
	<u>Aquisição de concessão exploratória</u>	<u>Bônus de assinatura</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	529.399	4.364	2.367	536.130
(+) Adições (custo)	-	94.907(a)	2.540	97.447
(-) Adições (amortização)	-	-	(524)	(524)
Saldo em 30/09/2013	<u>529.399</u>	<u>99.271</u>	<u>4.383</u>	<u>633.053</u>

- a) Principais adições referem-se ao bônus de assinatura dos blocos adquiridos na 11ª rodada de licitação.

13. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

O processo considerado como perda possível que não foi provisionado nas informações financeiras trimestrais é a Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$581. A Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") sucessora por incorporação da Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

14. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, e aprovadas pelos consorciados, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Em 30 de setembro de 2013, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Movimentação da Provisão para Abandono no período findo em 30 de setembro de 2013:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.462
Complemento de provisão em função da revisão das estimativas	126.335
Baixa abandono de poço (*)	(45.770)
Variação cambial/outros do período	<u>11.078</u>
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>208.105</u>

(*) Refere-se ao abandono do poço descobridor 1-BAS-128, localizado no Campo de Manati.

A contrapartida do complemento de provisão de abandono foi efetuada na rubrica de imobilizado no grupo “gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás”.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 30/09/2012</u>
Receita bruta	<u>161.549</u>	<u>454.395</u>	<u>160.328</u>	<u>439.929</u>
PIS	(2.593)	(7.288)	(2.570)	(7.059)
COFINS	(11.938)	(33.565)	(11.840)	(32.512)
ICMS	(14.311)	(40.450)	(14.187)	(41.881)
Descontos - reduções contratuais	<u>(4.465)</u>	<u>(12.748)</u>	<u>(4.536)</u>	<u>(12.135)</u>
Total de deduções	<u>(33.307)</u>	<u>(94.051)</u>	<u>(33.133)</u>	<u>(93.587)</u>
Receita líquida	<u>128.242</u>	<u>360.344</u>	<u>127.195</u>	<u>346.342</u>

16. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1. Custos

	Consolidado			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Custos de extração (i)	(15.020)	(53.011)	(12.966)	(33.815)
Royalties e participação especial	(12.833)	(34.724)	(12.804)	(34.093)
Pesquisa e desenvolvimento (ii)	3.544	616	(1.603)	(4.399)
Amortização e depreciação	<u>(23.018)</u>	<u>(64.422)</u>	<u>(22.863)</u>	<u>(61.419)</u>
Total	<u>(47.326)</u>	<u>(151.541)</u>	<u>(50.236)</u>	<u>(133.726)</u>

(i) No primeiro semestre de 2013, o valor de R\$14.834 refere-se ao custo de manutenção no Campo de Manati.

(ii) Em 2013, saldo credor refere-se à reversão de provisão considerando revisão de determinadas premissas utilizadas anteriormente.

16.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Pessoal	(670)	(1.881)	(575)	(1.535)
Serviços contratados de terceiros	(108)	(257)	(75)	(263)
Seguros	-	-	327	(35)
Impostos e taxas	(4)	(14)	(7)	(10)
Anúncios e publicações	-	(234)	-	(198)
Associações	(22)	(89)	(33)	(100)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>(6)</u>	<u>(10)</u>	<u>(13)</u>
Total	<u>(806)</u>	<u>(2.481)</u>	<u>(373)</u>	<u>(2.154)</u>

	Consolidado			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Pessoal	(14.130)	(42.670)	(11.980)	(39.173)
Serviços contratados de terceiros	(3.564)	(7.184)	(2.085)	(5.731)
Seguros	(219)	(700)	(244)	(649)
Impostos e taxas (a)	(252)	(1.856)	(384)	(936)
Anúncios e publicações	(109)	(704)	(344)	(1.060)
Patrocínio	(96)	(159)	(889)	(1.014)
Serviços compartilhados	(194)	(609)	(315)	(783)
Depreciação	(620)	(1.477)	(290)	(782)
Manutenção	(361)	(776)	(202)	(559)
Locação	(799)	(2.455)	(318)	(901)
Outras despesas diversas	641	(1.180)	(694)	(2.764)
Alocação projetos E&P (b)	<u>6.312</u>	<u>14.205</u>	<u>3.929</u>	<u>9.487</u>
Total	<u>(13.391)</u>	<u>(49.565)</u>	<u>(13.816)</u>	<u>(44.865)</u>

(a) Em 2013, o valor de R\$1.022 refere-se à taxa de participação na 11ª rodada de licitação da ANP.

(b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas ao Bloco BS-4, o qual a Companhia é operadora com 30% de participação, sendo o remanescente relacionado aos seus parceiros.

17. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do montante de R\$26.457 em 30 de setembro de 2013, R\$2.887 referem-se basicamente aos gastos exploratórios de poços que não apresentaram zonas potencialmente produtoras e R\$16.866 referem-se a sísmica referente as novas aquisições. Do saldo de R\$169.011 em 30 de setembro de 2012, R\$157.282 refere-se aos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81.513 baixados do imobilizado e R\$38.593 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras.

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Juros de aplicações financeiras	34	74	17	111
Despesas financeiras	-	2	52	(1)
Variação monetária	-	-	5	5
Total	<u>34</u>	<u>76</u>	<u>74</u>	<u>115</u>

	Consolidado			
	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Juros de aplicações financeiras	18.182	55.766	18.661	66.073
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(875)	(1.385)	(108)	(3.322)
Variações monetárias	-	-	1.249	1.249
Variações cambiais, líquidas:				
Derivativos (b)	236	793	29	(11.490)
Provisão para abandono (nota explicativa 14)	(1.592)	(11.078)	(530)	(8.680)
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	-	-	-	22.773
Outros	<u>78</u>	<u>(53)</u>	<u>118</u>	<u>(165)</u>
Total	<u>16.029</u>	<u>44.043</u>	<u>19.419</u>	<u>66.438</u>

(a) O saldo em 30 de setembro de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(b) Em 2012 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).

Em 2013, a Companhia contratou instrumentos derivativos, call option no valor nominal total de US\$1.080 e NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$3.510, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente à contratação da sonda para perfuração do poço 1-QG-5A localizado no Bloco BM-J-2. Em setembro de 2013, a Companhia efetuou a liquidação das NDF's apurando um resultado financeiro de R\$792 e mantém ativo somente o call option de US\$1.080.

(c) Conforme citado na Nota Explicativa 12, reflete o efeito de variação cambial sobre o passivo decorrente da aquisição da participação no BS-4 em 2012.

19. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Desativado	Santos	Coral	15/09/2000	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
				Panoro Energy	35
				Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Panoro Energy	10
				Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				(operador)	
Exploração	Camamu- Almada	BM-CAL-5	28/09/2001	Petrobras (operador)	72,5
	Camamu - Almada	CAL-M-312 CAL-M-372	24/11/2004	Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
				EP Energy(ii)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
					20
	Campos	BM-C-27 (i)	26/11/2003	Petrobras (operador)	70
	Santos	BM-S-12	29/08/2001	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador)	70
				Petrogal	30
				Barra Energia	66
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	14
	Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Petrobras	10
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	100
	Foz do Amazonas	FZA-M-90 (iii)	30/08/2013	QGEF (operador)	35
				Premier Oil	35
	Espírito Santo	ES-M-598 (iii)	30/08/2013	Pacific Brasil	30
				QGEF	20
	Espírito Santo	ES-M-673 (iii)	30/08/2013	Statoil Brasil (operador)	40
				Petrobras	40
	Pará- Maranhão	PAMA-M-265 (iii)	30/08/2013	QGEF	20
				Statoil Brasil (operador)	40
	Pará- Maranhão	PAMA-M-337 (iii)	30/08/2013	Petrobras	40
				QGEF (operador)	30
	Ceará	CE-M-661 (iii)	30/08/2013	Pacific Brasil	70
				QGEF	25
	Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894 (iii)	17/09/2013	Total (operador)	40
				OGX	35
	Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-896 (iii)	17/09/2013	QGEF (operador)	30
				Petra Energia	70
				QGEF (operador)	30
				Petra Energia	70

- (i) A QGEF aguarda aprovação da ANP e demais órgãos competentes para a transferência de 30% dos direitos desta concessão.
- (ii) Em processo de transferência pela ANP para Petrobras.
- (iii) Em 13 de maio de 2013, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. adquiriu participação em 8 blocos na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A QGEF desembolsou R\$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação em 8 blocos exploratórios, sendo o operador em 5 concessões. O investimento em aquisição de dados sísmicos líquido para a QGEF está estimado em aproximadamente US\$30-40 milhões nos próximos dois anos. Adicionalmente, estão previstos pelo menos quatro poços exploratórios, que devem ser perfurados a partir de 2017. Os blocos adquiridos pela QGEF estão distribuídos ao longo de cinco diferentes bacias e possuem área total de 5.785km².

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEF) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	6,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722,400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721,200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	49,0	2013	18.945	768,500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766,300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	-	2013	14.182	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	-	2013	12.562	507,200	10%	31,25	62,50	312,50
CE-M-661	-	2013	10.116	760,900	10%	31,25	62,50	312,50
BM-S-8	-	2000	-	2.089,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
BM-C-27	-	2003	-	257,888	10%	610,61	1.221,22	6.106,10
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>164,0</u>		<u>99,271</u>					

Em 30 de setembro de 2013, os compromissos remanescentes relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, compreendem a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), previstos para realização em 2014. Nos blocos adquiridos na rodada 11º rodada de licitação da ANP, há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas em 2017-2018.

Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem: (i) a perfuração de um poço no BM-CAL-5, prevista para o final de 2015, (ii) perfuração de dois poços (Carcará e Guanxuma), a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração no BM-S-8, (iii) perfuração de um poço no BM-C-27, previsto para 2015, e (iv) reentrada e possível aprofundamento e avaliação do poço 1-SCS-13, no BM-S-12.

A controlada QGEF detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 30 de setembro de 2013, o montante da provisão de abandono é de R\$208.105 (Nota explicativa 14).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEF (empresa que incorporou a Manati):

- **Royalties** - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013 foram provisionados R\$27.547 de royalties referentes à produção do campo Manati no período de 9 meses e R\$9.896 para o período de 3 meses, dos quais R\$3.300 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013 foram provisionados R\$7.177 para o período de 9 meses e R\$2.937 para o período de 3 meses de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.800 permanecem no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$983 para o período de 9 meses e R\$296 para o período de 3 meses registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditadas/revisadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

Reserva
total campo
(MMm³)
(não auditado)

Reserva provada estimada em 30/09/2013 (*) 10.253

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia. A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2012 por peritos especialistas e deduzidas das produções mensais até o referido período.

c) Garantias

Em 30 de setembro de 2013, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$229.801. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$163.684, edital de licitação da 11ª rodada de licitação no montante de R\$2.289 e operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$63.828.

20. COMPROMISSOS

Em 30 de setembro de 2013 o Grupo, possuía contratado junto aos fornecedores que envolvem prestação de serviços de consultoria técnica, fornecimento de materiais e fornecimento e operação de equipamentos com vencimentos diversos para campanha exploratória em um montante de aproximadamente R\$227.516 (*) que serão desembolsados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(*) Este montante representa a participação da QGEF nos consórcios constituídos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas.

A Companhia possui opções de compra em 30 de setembro de 2013, conforme demonstrado abaixo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/09/2013			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	2.405	2.405
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	925	925	26.831	26.831
Contas a receber (ii)	-	-	97.745	97.745
Instrumentos financeiros	-	-	44	44
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	506.129	506.129
Aplicações financeiras (iii)	-	-	406.163	406.163
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	125	125	156.331	156.331
Partes relacionadas			136	136

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota explicativa 2.19.
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>125</u>	<u>125</u>
Total	<u>125</u>	<u>125</u>

	Consolidado	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	156.331	156.331
Partes relacionadas	<u>136</u>	<u>136</u>
Total	<u>156.467</u>	<u>156.467</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,5% em 30 de setembro de 2013 e 95,4% em 30 de setembro de 2012). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em vista que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras, nem no período findo em 30 de setembro de 2013.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 30/09/2013	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2013			8,71%	8,71%	8,71%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras efetivo	832.097	Redução do CDI	832.097	832.097	832.097
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			8,38%	6,29%	4,19%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	901.827	882.933	864.040
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			69.730	50.836	31.943
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes			-	(18.893)	(37.787)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 25 de outubro de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 30/09/2013	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2013			8,71%	8,71%	8,71%
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono	2.405	Redução do CDI	2.405	2.405	2.405
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			8,38%	6,29%	4,19%
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono	2.405	Redução do CDI	2.607	2.552	2.497
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			202	147	92
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes:				(55)	(109)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 25 de outubro de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da QGEPP à riscos não inerentes a atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais na contratação da sonda para perfuração do poço 1-QG-5A-BAS localizado no Bloco BM-J-2, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos. O instrumento não especulativos contratado para aquisição foi opção de compra de ações (*call option*) cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Operação de Call option:

Data da Negociação:	14 de junho de 2013
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Banco Itaú BBA S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD1.080
Preço de Exercício:	2,23R\$/USD
Data de Vencimento:	31 de outubro de 2013
Data de Exercício:	31 de outubro de 2013
Data de Liquidação:	31 de outubro de 2013
Prêmio:	R\$64
Data do Pagamento de Prêmio:	14 de junho de 2013

Operação de termo de moeda	Taxa	30 de setembro de 2013	
		Valor nominal R\$	Valor justo R\$
Call Option	USD	2.408	44 (a)

(a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No período findo em 30 de setembro de 2013 o efeito devedor no resultado foi de R\$8.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

		Consolidado			
		30/09/2013			
	Risco	Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 30 de setembro de 2013			2,23	2,23	2,23
<u>Operação</u>					
Fundo cambial	Alta do US\$	35.962	80.195	80.195	80.195
Provisão para abandono	Alta do US\$	93.320	208.105	208.105	208.105
Call option	Alta do US\$	1.080	2.408	2.408	2.408
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2013			2,16	2,70	3,24
Fundo cambial	Alta do US\$	35.962	77.678	97.097	116.517
Provisão para abandono	Alta do US\$	93.321	201.573	251.966	302.359
Call option	Alta do US\$	1.080	2.333	2.916	3.499
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real:					
Resultado estimado para o período de 12 meses subsequentes			9.125	(70.396)	(140.792)
Efeito estimado no resultado financeiro para o período de 12 meses subsequentes			-	(79.521)	(149.917)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 25 de outubro de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEF Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de setembro de 2013 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	73.694.519	27,7
Ações em tesouraria	5.709.275	2,2
Administradores	<u>337.232</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>				
Numerador:				
Lucro líquido do período	75.189	171.061	61.929	35.119
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>259.760</u>	<u>259.760</u>	<u>265.612</u>	<u>265.335</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,29</u>	<u>0,66</u>	<u>0,23</u>	<u>0,13</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de setembro de 2013 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2013, 2012 e 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2013, 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.307.096	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de setembro de 2013 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período - 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Concedidas no período - 26/03/2012	1.941.517	14,17
Concedidas no período - 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>15,33</u>
Concedidas no período - 11/03/2013	<u>2.307.096</u>	<u>12,83</u>
Opções em circulação em 30 de setembro de 2013	<u>5.896.052</u>	<u>14,70</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de setembro de 2013 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em set/2013	Maturidade remanescente média em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em set/2013	Preço de exercício médio (*)
Plano 2013	2.307.096	7	12,83	-	-
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	110.000	12,81
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	388.303	14,17
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	548.720	19,00

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor ("INPC").

Para o período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$7.989, sendo R\$1.801 do plano de 2011, R\$2.936 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$683 da 2ª outorga do plano de 2012, e R\$2.471 da outorga do plano de 2013, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

23. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011.

O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 09 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em maio de 2013, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.307.096 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2013. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 06 de maio de 2013, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/09/2013</u>
Médio	11,21
Mínimo	7,88
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>30/09/2013</u> <u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	5.709.275
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>11,42</u>
Valor de mercado (R\$ mil)	<u>65.200</u>

A quantidade de ações em tesouraria representa 2,2% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 30 de setembro de 2013.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Set-13</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2014	338.913
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2014	<u>1.259.170</u>
Total		<u>1.598.083</u>

Os seguros foram renovados em 2013, com o vencimento das novas apólices para 21 de janeiro de 2014.

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$761 em 30 de setembro de 2013 (R\$293 em 30 de setembro de 2012), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Fornecedores e imobilizado	51.931	4.833
Plano de opções de ações	<u>7.989</u>	<u>6.584</u>
Total	<u>59.920</u>	<u>11.417</u>

27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 4 de novembro de 2013.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP Internacional GmbH, com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP Participações S.A. ("QGEPP S.A."), com o capital social a integralizar de EUR35.000. A QGEP Internacional GmbH tem como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.
- (ii) Em 12 de setembro de 2013, a QGEPP, por meio de sua controlada direta QGEP, obteve um financiamento de R\$266 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O financiamento consiste em duas linhas de crédito com período de carência de três anos, e prazo de amortização de sete anos. A linha de crédito A, será corrigida a juros compostos fixos de 3,5% a.a., pro rata tempore e a linha de crédito B será corrigida a juros compostos de TJLP (Taxa de juros de longo prazo) acrescidos de 5% a.a a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% a.a..

As linhas serão utilizadas para suportar parte dos investimentos da QGEP no desenvolvimento do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo de Atlanta. A FINEP é uma empresa federal vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. A FINEP oferece financiamento a empresas e instituições científicas e tecnológicas com o objetivo de atuar em toda a cadeia de inovação com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil. O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 185 km da costa brasileira na Bacia de Santos. A QGEP é o operador do Bloco e detém participação de 30%.

- (iii) Em 30 de setembro de 2013, na conta “outros” do ativo circulante, a Companhia apresenta valores vencidos relacionados ao projeto de Atlanta, sendo aproximadamente R\$17 milhões da OGX Petróleo e Gas Participações S.A. (“OGX”) e R\$ 13 milhões da Barra Energia.

A Companhia tem conhecimento que no dia 30 de outubro a parceira OGX entrou com pedido de Recuperação Judicial, cujo deferimento encontra-se em avaliação pelo juízo competente. O consórcio está monitorando o referido pedido de Recuperação Judicial visando a mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos da consorciada OGX, o qual, em não ocorrendo, será objeto de execução por parte do Consórcio dos seus direitos por contrato e lei aplicável.

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2013.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2013.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2013.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2013.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor